

LEI Nº 361/10
DE
23/06/2010

CÓDIGO DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA
DO
MUNICÍPIO DE VARJÃO GO.

LEI Nº 370/11
DE
11/04/2011

ALTERA O INCISO III DO ART. 87,
ART. 93 E TABELA I E II DO ANEXO I
DA LEI Nº 361/10 (CÓDIGO DE
VIGILÂNCIA SANITÁRIO DO
MUNICÍPIO DE VARJÃO – GO.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS




LEI Nº 361/2010.

Varjão - GO, 23 de junho de 2010.

Certifico e dou fé que este ato foi publicado no Placard da Prefeitura Municipal na presente data:

Varjão (GO), 23.06.2010


Secretário de Administração

"Institui um novo Código de vigilância Sanitária e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Varjão aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As ações e serviços da Fiscalização e Inspeção Sanitária, no âmbito do Município de VARJÃO obedecerão ao disposto nesta Lei, no que couber e aos princípios expressos na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Goiás, nas Leis Orgânicas da Saúde - Leis Federais nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, no Código de Saúde do Estado de Goiás e no Código Municipal de Saúde de Varjão.

Parágrafo único. Decretos, Portarias, Resoluções e Normas Técnicas podem complementar a presente Lei, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Art. 2º - Cabe a Prefeitura Municipal zelar pelas condições sanitárias em todo o território do Município de VARJÃO, assistindo-lhe o dever de atuar no controle de endemias e surtos, bem como participar de campanhas de saúde pública.

Art. 3º - As atribuições e competências do Município de VARJÃO no Sistema Único de Saúde (SUS) são as prescritas pelas Constituições Estadual e Federal, Lei Orgânica do Município e Legislação em vigor.



III - mercados, feiras livres, ambulantes que comercializem produtos alimentícios ou congêneres;

IV - hotéis, pensões e estabelecimentos afins;

V - barbearias, salões de cabeleireiros, institutos de beleza e estabelecimentos afins;

VI - clubes privados ou públicos, locais de esporte e recreação e estabelecimentos afins;

VII - ferrarias, oficinas mecânicas, indústrias de calçados, confecções, carvoarias, curtumes, granjas, confinamentos, torrefações e moagem de café, serralherias e estabelecimentos afins;

VIII - hospitais, pronto-socorros, postos de saúde, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, clínicas médicas, farmácias e drogarias, laboratórios de análises clínicas patológicas, serviços de radiodiagnóstico e estabelecimentos afins;

IX - açougues, abatedouros, peixarias e estabelecimentos afins;

X - cemitérios, necrotérios, crematórios e velórios.

CAPÍTULO II
Varjão levado a sério
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Seção I

Das Competências e Atribuições

Art. 7º - Sem prejuízo das demais atribuições conferidas pelos órgãos oficiais, é de competência da Secretaria Municipal de Saúde de VARJÃO:



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



I - promover por todos os meios o planejamento, educação, orientação, controle e execução das ações de Vigilância Sanitária em todo o Município;

II - planejar, organizar e prestar assistência individual e coletiva à população, por meio de ações de proteção, promoção e recuperação da saúde;

III - celebrar convênios com instituições de caráter público, filantrópico e privado, visando ao melhor cumprimento desta lei;

IV - celebrar consórcios intermunicipais, visando à integridade e às melhorias na qualidade dos serviços prestados, assim como o controle de produtos de interesse da saúde;

V - promover a capacitação, a adequação e a valorização dos recursos humanos disponíveis no setor de saúde, visando a aumentar a eficiência dos serviços a serem prestados;

VI - fiscalizar, controlar e avaliar os procedimentos, equipamentos e tecnologias utilizadas no SUS;

VII - prestar assistência farmacêutica aos usuários dos SUS, garantindo maior acesso aos medicamentos básicos, através da organização, controle, fiscalização e distribuição dos mesmos;

VIII - exercer o "Poder de Polícia Sanitária" do município, tendo como finalidade a de promover e fazer cumprir normas para o melhor exercício das ações de vigilância e fiscalização sanitária, epidemiológica, controle de zoonoses e à saúde do trabalhador.

Art. 8º - A execução das medidas de fiscalização e inspeção sanitárias previstas nesta lei é da competência exclusiva da Divisão de Fiscalização Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de VARJÃO.

§ 1º A direção da execução das medidas de fiscalização e inspeção sanitárias será acometida a funcionário responsável pela Vigilância Sanitária, indicado e nomeado pelo Prefeito Municipal, devendo ser necessariamente um profissional de saúde com formação de nível superior.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



§ 2º A execução das medidas sanitárias caberá aos Agentes Sanitários, que serão formados por uma equipe multidisciplin角度res de técnicos em áreas da saúde, ou profissionais com nível superior ou nível médio.

Seção II

Das Definições

Art. 9º - Para efeitos desta Lei, entende-se como:

I - alimento: toda substância ou mistura de substâncias nos estados sólidos, líquidos, pastosos ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;

II - alimento "*in natura*": todo alimento de origem vegetal ou animal para cujo consumo imediato se exija apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;

III - análise: exame de parte de um todo, com o objetivo de conhecer sua natureza, suas proporções, suas funções e suas relações;

IV - análise de controle: análise efetuada após o registro do produto, quando de sua entrega ao consumo, e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade, ou com as normas técnicas especiais, ou ainda como o relatório e o modelo do rótulo anexado ao requerimento que deu origem ao registro;

V - análise fiscal: análise efetuada sobre o produto colhido pela autoridade fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos desta lei e de suas normas técnicas especiais;

VI - análise de rotina: análise efetuada sobre o alimento coletado pela autoridade sanitária competente, sem que se atribua suspeita à sua qualidade, que servirá para



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



avaliações e acompanhamento da qualidade dos produtos, de acordo com os padrões legais vigentes;

VII - animais sinantrópicos: aqueles que convivem com o homem em sua moradia ou arredores de forma indesejável e que lhe trazem incômodos ou prejuízos e riscos à saúde pública;

VIII - autoridade sanitária competente: funcionário legalmente credenciado pela Secretaria Municipal de Saúde de VARJÃO a exercer tal função;

IX - autorização: ato privativo da Secretaria Municipal de Saúde, incumbido da Vigilância Sanitária dos produtos e serviços de que trata esta lei e que poderá ser usada em situações especiais e temporárias;

X - assistência farmacêutica: conjunto de atividades de pesquisa, produção, controle, distribuição, armazenamento, dispensação e outras, relacionadas às farmácias, insumos, medicamentos e correlatos, destinados à promoção, proteção, manutenção e recuperação da saúde individual e coletiva;

XI - emergência: constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente à vida ou em sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato;

XII - estabelecimentos de serviços de interesse à saúde: estabelecimentos que industrializem, fabriquem, beneficiem, armazenem e/ou distribuam alimentos, matérias-primas alimentares, medicamentos, drogas e correlatos, produtos biológicos, perfumes e cosméticos, saneantes domissanitários e congêneres, estabelecimentos destinados à desratização, desinsetização e imunização de ambientes domiciliares ou públicos, estabelecimentos de hospedagem, creches, asilos, escolas, academias de natação, ginásticas ou similares, estabelecimentos de lazer e diversão, parque de exposição, circos, institutos de beleza, barbearias, saunas e congêneres, terminais rodoviários, garagens de ônibus, outros locais que devido às suas especificidades possam criar ambiente insalubre e/ou favorável à proliferação de animais sinantrópicos, tais como borracharias, oficinas, ferros velhos, entre outros;

XIII - estabelecimentos de serviços de saúde: estabelecimentos hospitalares de qualquer natureza, serviços médicos, clínicas, ambulatórios, consultórios, os



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



estabelecimentos de psicoterapia, psicanálise, fisioterapia, ortopedia, laboratório de análises e pesquisas clínicas, estabelecimentos de hemoterapia, clínicas de repouso, óticas, oficinas de material ortopédico, serviços odontológicos, laboratórios de prótese dentária, serviços de radiodiagnósticos e congêneres;

XIV - fiscalização: atividade de poder de polícia desempenhada pelo poder público, através das autoridades sanitárias em ambientes, inclusive o de trabalho; substâncias e produtos; procedimentos e técnicas, sujeitos a esta lei, com o objetivo de cumprir ou fazer cumprir as determinações estabelecidas na legislação em vigor;

XV - notificação compulsória: comunicação oficial, por qualquer meio, à autoridade sanitária competente, dos casos e óbitos suspeitos ou confirmados, das doenças classificadas de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, relação elaborada pelo Ministério da Saúde e aquelas enumeradas em Normas Técnicas especiais;

XVI - órgãos competentes: órgãos técnicos oficiais específicos para a atividade;

XVII - urgência: ocorrência imprevista de agravo à saúde, com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessite de assistência médica imediata;

XVIII - zoonoses: agravos ou doenças infecciosas que são transmissíveis ao homem pelos animais vertebrados ou não, que é chamado de zoonose, e as que são transmissíveis dos animais para os humanos que são denominados antropozoonoses;

XIX - comércio ambulante: toda e qualquer forma de atividade lucrativa, de caráter eventual, ou transitório, que se exerça de maneira itinerante, nas vias e logradouros públicos, ou que realize vendas a domicílio;

XX - serviços temporários: estabelecimento, comércio ou vendedor ambulante que opere em local, por um período que não exceda vinte e um dias e que estejam ligados a atividades festivas;

XXI - aproveitamento condicional: utilização parcial ou total de um alimento ou matéria-prima alimentar, inadequado para o consumo humano, direto que após tratamento, adquire



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



condições para seu consumo, seja na alimentação do homem, seja na alimentação de animais.

XXIII - Empresa: Pessoa física ou jurídica; de direito público ou privado, que exerça como atividade principal ou subsidiária o comércio, venda de insumos farmacêuticos e correlatos, equiparando-se a mesma, para efeitos legais, às unidades dos órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual e do Municipal incumbida de serviços correspondentes;

XXIV - Estabelecimento: unidade de empresa destinada ao comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;

XXV - Farmácia: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar, ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

XXVI - Drogeria: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

XXVII - Herbanário ou Ervanário: estabelecimento que realiza dispensação de plantas medicinais;

XXVIII - Posto de Medicamentos e Unidade Volantes: estabelecimento destinado exclusivamente à venda de medicamentos originais e constantes de relação elaborada pelo órgão sanitário federal, publicada na imprensa oficial, para atendimento a localidades desprovidas de farmácia ou drogerias;

XIX - Dispensário de Medicamentos: setor de fornecimento de medicamentos industrializados privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente;

XXX - Dispensação: ato de fornecimento ao consumidor, de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não;

XXXI - Produto Dietético: produto tecnicamente elaborado para atender às necessidades dietéticas de pessoas em condições fisiológicas especiais.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



XXXIII - Animais de Estimação: Os de valor afetivo, passíveis de coabitar com o homem;

XXXIV - Animais de uso Econômico: As espécies domesticadas, criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica;

XXXV - Animais Soltos: Todo e qualquer animal errante encontrado sem qualquer processo de contenção;

XXXVI - Cães Mordedores Viciosos: Os causadores de mordeduras a pessoas ou outros animais, em logradouros públicos de forma repetida;

XXXVII - Maus tratos: toda e qualquer ação voltada aos animais que implique em crueldade, especialmente em ausência de alimentação mínima necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão a experiências pseudocientíficas e o que mais dispõe o Decreto Federal n. 24. 654, de 10 de julho de 1934 (Lei de Proteção dos Animais);

XXVIII - Animais Selvagens: Os pertencentes às espécies não domésticas;

XXXIX - Fauna Exótica: Animais de espécies estrangeiras;

XL - Condições inadequadas: a manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou, ainda, em alojamento de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;

XLI - Animais Ungulados: Os mamíferos com os dedos revestidos de cascos;

CAPÍTULO III

DA VIGILÂNCIA DA SAÚDE E AMBIENTAL

Seção I

Da Atenção à Saúde



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 10 - A Secretaria Municipal de Saúde de VARJÃO possuirá unidades de serviços básicos de saúde inter-relacionados com as unidades de maior complexidade, para onde poderão encaminhar, sob garantia de atendimento, paciente que necessita de cuidados especializados.

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Saúde de VARJÃO fará o controle e a avaliação da qualidade dos serviços de saúde prestados no âmbito do município, por entidades públicas, filantrópicas e privadas conveniadas com o SUS.

Art. 12 - Os locais de atendimento de paciente, como consultórios, clínicas, hospitais, laboratórios, postos de saúde e as ambulâncias ou outros veículos utilizados para o transporte de pacientes por prestadores de serviços de saúde serão mantidos sempre em boas condições higiênicas e rigorosamente desinfetados de modo a impedir a transmissão de agentes patológicos e parasitários, se possível fazendo a desinfecção será imediata.

Parágrafo único: o disposto no *caput* deste artigo se aplica a toda a unidades de saúde, odontológicas ou não, que possam transmitir qualquer tipo de infecção.

Art. 13 - Os estabelecimentos de pronto-socorro deverão estar estruturados para atenderem às urgências e emergências, garantir todas as manobras de sustentação da vida e dar continuidade à assistência no local em outra unidade referenciada.

Art. 14 - Serão adotadas medidas de atenção especial à criança, ao idoso, aos portadores de deficiências e aos acometidos por distúrbios mentais.

Parágrafo único. No tocante à saúde mental, serão adotados procedimentos terapêuticos que visem à reintegração do paciente na família e na sociedade, dando-se prioridades às ações extra-hospitalares e usando como último recurso terapêutico à internação psiquiátrica.

Seção II

Da Vigilância Epidemiológica e Controle de Zoonoses



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



§ 3º No caso de venda ou arrendamento de qualquer estabelecimento deverá ser requerido, de imediato, novo Alvará de Licença Sanitária, ao adquirente ou arrendatário, a qual será expedida pelo órgão sanitário competente, após nova vistoria, na forma estabelecida nesta Lei, recolhendo a Licença (Alvará) anterior à secretaria Municipal de Saúde.

§ 4º As empresas responsáveis por estabelecimentos que possuam o alvará, durante as fases de processamento de transação comercial, devem notificar aos interessados da compra ou arrendamento a situação em que se encontram, em face das exigências deste Código.

§ 5º Enquanto não se efetuar o competente pedido de baixa e devolução do Alvará de Licença Sanitária, continua responsável pelas irregularidades que se verifiquem no estabelecimento, a firma ou empresa, em nome da qual esteja o Alvará.

§ 6º Adquirido o estabelecimento por compra ou arrendamento dos imóveis respectivos, a nova empresa é obrigada a cumprir todas as exigências sanitárias formuladas ao anterior responsável, em prejuízo de outras que venham a ser determinadas.

Art. 30 - Os alvarás poderão ser suspensos, cassados ou cancelados no interesse da Saúde Pública, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, assegurado o direito de defesa, em processo administrativo, instaurado pelo órgão sanitário.

Art. 31 - Os estabelecimentos que deixarem de funcionar por mais de 120 (cento e vinte) dias, sem comunicação ao órgão sanitário competente, deverão ter suas licenças canceladas.

Art. 32 - Os estabelecimentos, solicitantes de licença de funcionamento que, após três visitas consecutivas da autoridade sanitária permanecerem fechados, deverão ter os respectivos processos indeferidos, fazendo-se necessário dar entrada em nova solicitação de licenciamento, instruída com nova documentação.

Art. 33 - A transferência da propriedade e alteração da Razão Social ou do nome do estabelecimento não interromperá o prazo de validade da licença, desde que haja comunicação das



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



alterações e apresentação dos atos que as comprovem, para a devida averbação.

Art. 34 - A mudança do estabelecimento para local diverso do previsto no licenciamento dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das normas exigidas para o licenciamento.

Art. 35 - O Alvará Sanitário tem caráter revogável caso o estabelecimento deixe de cumprir as normas vigentes e se oponham a sanar as irregularidades encontradas em inspeções periódicas.

SEÇÃO I

Das Taxas De Licença Sanitária

Art. 36 - A Taxa de licença sanitária tem como fato gerador o "Poder de Polícia" da Administração, à concessão de licença obrigatória para o exercício de qualquer atividade que esteja sujeita a inspeção ou fiscalização periódica do cumprimento das normas de vigilância sanitária.

Art. 37 - Sujeito Passivo da taxa é o comerciante, o industrial, o prestador de serviços, o feirante e ambulantes, estabelecidos ou não, enquadrados na Tabela 1 do Anexo I, deste Código.

§ 1º A taxa de licença sanitária será calculada de acordo com a tabela 1 do Anexo I, desta Lei.

§ 2º Além da Taxa de Licença Sanitária (Alvará), a Secretaria Municipal de Saúde, poderá cobrar as taxas de expedientes e serviços diversos, que terão como fato gerador à prestação de serviços públicos e divisíveis, prestados a quem os requerer, sujeito passivo ou contribuinte e será calculado na forma da Tabela II anexa a esta Lei, e dela integrante.



CAPÍTULO V

DA SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA

Seção I

Do Lixo, Esgoto Sanitário e Destino Final dos Resíduos Líquidos e Sólidos.

Art. 38 - Com o objetivo de contribuir para a elevação dos níveis de saúde da população e reduzir a contaminação do meio ambiente, serão instaladas pelo Estado e pelos Municípios de Goiás, diretamente ou por meio de acordo com os órgãos federais competentes, estações de tratamento, elevatórias e redes de esgotos sanitários, nas zonas urbanas.

Art. 39 - Deverá ser dado destino adequado aos dejetos humanos, por intermédio de sistemas de esgotos, com o objetivo de evitar contato como ser humano, as águas de abastecimento, os alimentos e vetores, proporcionando, ao mesmo tempo, hábitos de higiene.

Art. 40 - É de responsabilidade do poder público a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos sólidos em condições que não representem riscos ao meio ambiente e a saúde individual ou coletiva.

Art. 41 - É obrigatória a existência de rede coletora de esgoto sanitário nos edifícios e residências, mediante ligação de rede pública coletora de esgoto.

Parágrafo Único. Quando não existir a rede coletora de esgotos, a autoridade sanitária competente determinará as medidas adequadas e fiscalizará a sua execução.

Art. 42 - Fica Proibido:

§ 1º Utilizar o lixo quando "in natura" para alimentação de animais.

§ 2º Depositar o lixo sobre o solo.

§ 3º Queima de lixo de qualquer natureza.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



§ 4º Lançar o lixo em águas de superfície.

§ 5º Ligação de águas pluviais ou resultantes de drenagem à rede coletora de esgotos sanitários.

§ 6º Ligação de esgoto sanitário nas galerias de águas pluviais.

§ 7º Lançamento de lixo nas vias públicas, várzeas, valas, bacias, bueiros, sarjetas e outros.

Art. 43 - Serão considerados lixos especiais àqueles que, por sua constituição, apresentem riscos maiores à população, e serão assim definidos:

- I - Lixos Hospitalares;
- II - Lixos de laboratórios de análises clínicas e patológicas;
- III - Lixos de farmácias e drogarias;
- IV - Lixos químicos;
- V - Lixos radioativos;
- VI - Lixos de clínicas e hospitais veterinários;
- VII - Lixos odontológicos.

Parágrafo único. O acondicionamento, coleta e destinação final do lixo obedecerão, às normas estabelecidas pela ANVISA, ou órgão competente.

SEÇÃO II

Da Criação de Animais, Normas de Higiene, Segurança e Extinção de Insetos

Art. 44 - É proibido criar ou conservar animais vivos, notadamente suínos, que por sua espécie, quantidade ou



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



más condições de instalações, possam ser causa de sujeidade, incômodo ou riscos aos vizinhos e/ou população.

Parágrafo único. Havendo desobediência deste artigo, o infrator será notificado para retirar os animais. Caso não aconteça a remoção do animal, será emitida multa para o infrator, que se não for quitada num prazo de 30 (trinta) dias, um laudo de vistoria será enviado ao representante do Ministério Público pra tomar as devidas providências.

Art. 45 - É permitida a criação de pequenos animais, tais como cães, gatos e aves, desde que obedecendo às normas exigidas neste código.

Art. 46 - Os criatórios de pequenos animais deverão ser mantidos dentro dos mais altos padrões de higiene e limpeza, evitando-se desta maneira a proliferação de insetos nocivos, odores desagradáveis e ruídos incômodos.

Art. 47 - O número de animais deve ser proporcional ao tamanho das instalações do criatório, para evitar incômodo à vizinhança, e até o proprietário e aos próprios animais.

Art. 48 - Fica proibida a criação de animais ferozes, silvestres ou exóticos, excetuando-se os casos que estejam devidamente regulamentados pelos órgãos competentes como IBAMA e a Polícia Federal.

Art. 49 - Os cães ao serem conduzidos em vias públicas, deverão estar devidamente presos a coleiras que evitam possíveis ataques aos pedestres. Em caso de mordedura a responsabilidade penal será do proprietário.

Art. 50 - Todo animal doméstico, encontrado em vias públicas, desacompanhados de seus donos, serão considerados vadios e passíveis de captura e sacrifício.

§ 1º Os animais que forem constados vítimas de maus tratos, serão apreendidos e destinados conforme art. 44 e incisos, desta Lei. O responsável pelos maus tratos incorrerá em infração administrativa gravíssima.

§ 2º A Prefeitura do Município de VARJÃO, não responde por indenização nos casos de:

I - Dano ou óbito do animal apreendido;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



II - Eventuais danos materiais ou pessoais causados pelo animal durante o ato de apreensão.

Art. 51 - Os animais que estejam envolvidos em espetáculos circenses, shows, eventos ou exposições, deverão estar devidamente vacinados, com apresentação do comprovante de vacinação, assim como livre de parasitas e ou outras moléstias que tragam risco à saúde do animal e da população.

Art. 52 - Quando da suspeita de ocorrer uma zoonose, o animal será mantido em observação no seu local de costume, até que haja outra solução (melhora ou morte).

Art. 53 - Os médios e grandes animais encontrados em vias públicas ou guardados em acomodações urbanas serão capturados e conduzidos à local apropriado da Prefeitura Municipal, que deverá estar em perfeitas condições de higiene e segurança, onde receberá alimentação adequada, ficando presos, só sendo liberados após pagamento de taxa de liberação de animais, de acordo A Tabela II desta Lei.

§ 1º Os proprietários terão um prazo de 03 (três) dias para retirarem seus animais ou estes poderão ser:

I - doados a pessoas físicas e jurídicas que por eles se responsabilizem instituições de ensino e pesquisa;

II - leiloados em leilão oficial;

III - sacrifício com o mínimo de sofrimento para o animal, quando não for possível a adoção das medidas previstas nas alíneas anteriores.

§ 2º O destino dado a estes animais será decidido pelo órgão sanitário responsável.

Art. 54 - A Prefeitura Municipal de VARJÃO não se responsabilizará por perdas e danos a qualquer tipo de animal apreendido.

Art. 55 - Será permitida a comercialização de animais vivos exclusivamente em estabelecimentos adequados, destinados para este fim, previamente aprovados pela autoridade sanitária competente e que tenham um responsável técnico, um médico veterinário.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Parágrafo único. Todo estabelecimento que comercialize animais ou insumos para o criatório de qualquer animal, tal como, cooperativas agropecuárias, drogarias veterinárias, Pet Shop, Clínicas Veterinárias, deverão ter um responsável técnico médico veterinário que responderá pelo estabelecimento.

Art. 56 - Os médicos Veterinários, assim como as pessoas da área de saúde são obrigados a notificar à Secretaria Municipal de Saúde, casos suspeitos ou confirmados de Raiva, Leishimaniose, Leptospirose, Brucelose e outras zoonoses.

Art. 57 - Qualquer falta de enquadramento nesta lei, o agente sanitário deverá seguir o Código de Saúde do Estado de Goiás.



Das Responsabilidades Do Proprietário De Animais

Art. 58 - Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

Parágrafo único - Quando o ato danoso for cometido sob a guarda de preposto, estender-se-á este a responsabilidade a que alude o presente artigo.

Art. 59 - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes à remoção de dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 60. - É proibido abandonar animais em qualquer área pública ou privada.

Parágrafo único - Os animais não mais desejados por seus proprietários deverão ser encaminhados ao órgão sanitário responsável.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 61 - O proprietário fica obrigado a permitir acesso do Agente Sanitário, quando no exercício de suas funções, as dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como a acatar as determinações dele emanadas.

Art. 62 - A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulamentada pelas respectivas convenções e pelo Código de Posturas do Município de VARJÃO.

Art. 63 - Todo proprietário de animal é obrigado a manter seu cão ou gato permanentemente imunizado contra a raiva.

Art. 64 - Em caso de falecimento do animal, ao proprietário a disposição adequada do cadáver, ou encaminhamento ao serviço municipal competente.

Art. 65 - O proprietário ou possuidor de animais doentes, ou suspeito de zoonoses deverão submetê-los à observação, isolamento e cuidados na forma determinada pela autoridade sanitária.

Art. 66 - Os proprietários, administradores ou encarregados de estabelecimentos ou lugares onde hajam, ou tenham permanecido animais doentes ou suspeitos de padecerem de doenças transmissíveis ao homem, de notificação obrigatória, ficam obrigados a proceder a sua desinfecção ou desinfestação, conforme o caso, devendo, observar as práticas determinadas pela autoridade sanitária competente.

Art. 67 - Fica instituída a obrigatoriedade do registro de animais, especialmente no que tange à população canina, bem como o credenciamento de instituições idôneas para tal fim, além da rede oficial, conforme dispuser a Secretaria Municipal de Saúde em ato próprio, disciplinando os procedimentos pertinentes àquele ato e estabelecendo as obrigações dos proprietários ou responsáveis pelos animais e das instituições credenciadas.

CAPÍTULO VI

DOS ESTABELECIMENTOS



SEÇÃO I

Das Normas Gerais Para Estabelecimentos

Art. 68 - Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabricação prepara beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito e vendas de alimentos e os outros estabelecimentos de interesse à saúde deverão possuir:

- I - alvará de Licença Sanitária;
- II - água corrente potável;
- III - pisos com inclinação para escoamento de água;
- IV - ralos no piso;
- V - ventilação e iluminação adequadas;
- VI - pias e lavabos com sifão e caixa sifonada;
- VII - recipientes com tampa para lixo;
- VIII - vasilhames de material inócuo;
- IX - utensílios descartáveis ou esterilizados;
- X - câmaras frias;
- XI - perfeita limpeza e higienização;
- XII - pessoal devidamente paramentado;
- XIII - instalações sanitárias em número suficiente ao de usuários.

Art. 69 - As mercadorias a serem comercializadas dentro do estabelecimento deverão a uma disposição correta e ainda:

- I - os produtos químicos deverão estar separados dos produtos alimentícios;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



II - os alimentos vendidos a granel deverão estar devidamente acondicionados em recipientes com tampa;

III - as sacarias deverão estar depositadas sobre estrados de madeira com pelo menos 20 cm de altura e afastadas da parede a uma distância nunca inferior a 30 cm;

IV - os alimentos expostos sem embalagem, tais como pães, biscoitos, salgados, doces, etc., deverão ser dispostos dentro de vitrines adequadas, permanentemente fechadas utilizando-se para retirá-las, o pegador de aço inoxidável, ou usar luvas descartáveis;

V - as mercadorias frigorificadas deverão estar dispostas adequadamente, sem acúmulo excessivo, permitindo a perfeita circulação do frio. Também deverá ser usado um aparelho para cada tipo ou variedade de alimento;

VI - os produtos deverão estar dentro do prazo de validade que deverá estar estampado nos rótulos;

VII - só é permitida a venda de produtos de origem declarada, sejam com Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda produtos artesanais e caseiros.

Art. 70 - Não será permitida a conservação no estabelecimento de resto ou porções de alimentos ou produtos deterioráveis.

Art. 71 - Toda pessoa que lidar direta ou indiretamente com gêneros alimentícios, ou ainda desempenhar atividades em barbearia, cantinas ou em qualquer estabelecimento passível de fiscalização, fica obrigada a possuir exame médico expedido anualmente, dentro das normas requeridas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 72 - A paramentação exigida para pessoas que desempenham atividades nos referidos estabelecimentos deve ser:

I - utilização de jalecos de cor clara, limpos e conservados, devendo estar sempre abotoados.

II - uso obrigatório de gorro ou boné.

III - cabelos, barbas e unhas deverão apresentar-se devidamente aparados.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 73 - Todos os estabelecimentos produtores deverão possuir e apresentar à autoridade sanitária competente, normas de boas práticas de produção e de controle da qualidade dos produtos.

Art. 74 - Os estabelecimentos de hospedagem (hotéis, móveis, pensões e correlatos) deverão manter roupas de cama e banho desinfetadas e/ou esterilizadas através da utilização de produtos e métodos aprovados pela Vigilância Sanitária.

Art. 75 - Os motéis manterão a disposição dos usuários preservativos e materiais informativos destinados à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 76 - Os institutos de beleza, barbearias e congêneres deverão manter todo o instrumental perfuro cortante e utensílios, assim como a roupa que entra em contato direto com os usuários de trabalhadores, desinfetados e ou esterilizados.

Art. 77 - As casas de diversão, cinemas, clubes recreativos e congêneres terão aeração natural e/ou artificial, suficiente a sua capacidade máxima de lotação.

Art. 78 - As academias de natação, ginástica e estabelecimentos similares deverão manter, como responsáveis técnicos, profissionais registrados em conselhos de classe ou instituições afins.

Art. 79 - As creches, lactarias, asilos, escolinhas e similares, deverão manter pessoas somente em número adequado às suas instalações, de acordo com as normas vigentes.

Art. 80 - As piscinas de uso coletivo ou destinadas ao ensino e treinamento de práticas esportivas serão mantidas em condições higiênico-sanitárias satisfatórias e suas águas dentro de padrões físico-químicos adotados internacionalmente.

Art. 81 - Os terminais rodoviários terão ações da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, no sentido de prevenir possíveis doenças contagiosas oriundas de áreas de risco.

Art. 82 - As empresas de beneficiamento de produtos de origem animal deverão seguir normas técnicas estabelecidas pela autoridade sanitária competente.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 83 - As empresas de desratização, dedetização, desinfetação e imunização de ambientes privados ou públicos deverão ter responsável técnico, de acordo com as normas vigentes, e também seguir a normatização já existente para o uso racional de inseticidas e defensivo.

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES SANITÁRIAS

Seção I

Normas Gerais

Art. 84 - Considera-se infração, para os fins desta lei, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais regulamentares, que se destinem à promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 85 - Responde pela infração quem, por ação ou omissão, lhe deu causa ou concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

Art. 86 - Excluir a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que lhe causar qualquer alteração em produtos ou bens de interesse da saúde pública.

Art. 87 - As infrações de natureza sanitária serão punidas administrativamente com uma ou mais das penalidades seguintes, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis:

- I - advertência;
- II - pena educativa;
- III - multa de 50 UFM a 50.000 UFM;
- IV - apreensão de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



V - apreensão de animal;

VI - interdição de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VII - inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VIII - suspensão de venda de produto;

IX - suspensão de fabricação de produto;

X - interdição parcial ou total do estabelecimento, seções, dependências e veículos;

XI - proibição de propaganda;

XII - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XIII - cancelamento do cadastro do estabelecimento e do veículo;

XIV - intervenção.

§ 1º A penalidade de multa terá como referência a UFM (Unidade Fiscal do Município), constante do Código Tributário Municipal.

§ 2º No caso de reincidência, as penalidades de caráter pecuniário serão aplicadas em dobro.

Art. 88 - As infrações sanitárias, para efeitos desta lei, são classificadas em:

I - leves, quando for verificada a ocorrência de circunstância atenuante;

II - graves, quando for verificada a ocorrência de uma circunstância agravante;

III - gravíssimas, quando for verificada a ocorrência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 89 - Para imposição de pena e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 90 - São circunstâncias atenuantes:

I - não ter sido a ação do infrator fundamental para a ocorrência do evento;

II - procurar o infrator, por espontânea vontade, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe tiver sido imputado;

III - ser primário do infrator e não haver o concurso de agravantes.

Art. 91 - São circunstâncias agravantes:

I - ser reincidente o infrator;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, de produto elaborado em desacordo com o disposto na legislação sanitária;

III - coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências calamitosas para a saúde pública;

V - deixar o infrator, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé.

§ 1º A reincidência torna o infrator passível de enquadramento na penalidade de máxima, e a infração será caracterizada como gravíssima.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



§ 2º A infração de normas legais sobre o controle da infecção hospitalar será considerada de natureza gravíssima.

Art. 92 - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 93 - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo, e o valor da multa será recolhido à conta do Fundo Municipal de Saúde de VARJÃO:

§ 1º O valor da multa de que trata o "caput" deste artigo será:

I - nas infrações leves, de 50 a 5.000 UFM (Unidades Fiscais do Município);

II - nas infrações graves, de 5.001 a 10.000 UFM (Unidades Fiscais do Município);

III - nas infrações gravíssimas, de 10.001 a 50.000 UFM (Unidades Fiscais do Município).

§ 2º Em caso de extinção da UFM (Unidade Fiscal do Município), o valor da multa será corrigido pelo índice que vier a substituí-la.

§ 3º A multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa do Município, e seu valor será atualizado pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 94 - A medida de interdição cautelar será aplicada em estabelecimento ou produto, quando for constatado indício de infração sanitária em que haja risco para a saúde da população.

§ 1º A medida de interdição cautelar, total ou parcial, do estabelecimento ou do produto terá como duração o tempo julgado necessário pela autoridade sanitária para que cesse o risco aludido no "caput" deste artigo, não podendo exceder o período de 180 (cento e oitenta) dias. E poderá, mediante processo administrativo, tornar-se definitiva.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



§ 2º A interdição cautelar do estabelecimento perdurará até que sejam sanadas as irregularidades objeto da ação finalizadora.

§ 3º - A intervenção e a nomeação do interventor dos estabelecimentos apenados competem ao Secretário Municipal da Saúde, vedada a nomeação do então dirigente, sócios ou responsáveis técnicos, seus cônjuges e parentes até segundo grau.

Art. 95 - A penalidade de interdição será aplicada de imediato, sempre que o risco à saúde da população o justificar, nas seguintes modalidades:

I - cautelar;

II - por tempo determinado;

III - definitiva.

Art. 96 - A pena educativa consiste na:

I - divulgação, a expensas do infrator, de medidas adotadas para sanar os prejuízos provocados pela infração, com vistas a esclarecer o consumidor de produto ou o usuário de serviço;

II - reciclagem dos dirigentes técnicos e dos empregados, a expensas do estabelecimento;

III - veiculação, pelo estabelecimento, das mensagens expedidas pelo SUS acerca do tema objeto da sanção, a expensas do infrator.

Art. 97 - Quando o infrator for integrante da administração pública, direta ou indireta, a autoridade sanitária notificará o superior imediato do infrator e, se não forem tomadas às providências para cessação da infração no prazo estipulado, comunicará o fato ao Ministério Público, com cópia do processo administrativo instaurado para a apuração do ocorrido.

Art. 98 - A autoridade sanitária competente, após verificar a ocorrência da infração e aplicar a sanção cabível mediante processo administrativo, comunicará o fato formalmente ao conselho de classe correspondente.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 99 - As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em cinco anos.

§ 1º A prescrição se interrompe pela notificação ou por outro ato da autoridade competente que objetive a apuração da infração e a conseqüente imposição de pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Seção II

Das Infrações Sanitárias e Penalidades

Prefeitura de Varjão

Art. 100 - São infrações sanitárias:

I - construir, instalar ou fazer funcionar, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos higiênicos, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

II - construir, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos de serviços de saúde ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



normas legais e regulamentares pertinente, s o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

II - instalar estabelecimentos de serviços de saúde ou explorar atividades comerciais, industriais ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas ou auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

IV - instalar ou fazer funcionar estabelecimento de serviço de interesse da saúde sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



e) multa.

V - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem a saúde pública ou individual sem registro, licença ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) apreensão do produto;

d) inutilização do produto;

e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

f) cancelamento do registro do produto;

g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

h) multa.

VI - deixar aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença transmissível e agravos ao homem, como o disposto nas normas legais, o que sujeita o infrator à pena de

a) advertência;

b) pena educativa;

c) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

d) multa.

VII - impedir ou notificar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



de animais domésticos considerados nocivos pelas autoridades sanitárias competentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- d) multa.

VIII - opor-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias competentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) multa.

IX - obstar, impedir ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes, no exercício de suas funções, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

X - desobedecer, desrespeitar ou desacatar a autoridade sanitária competente no exercício de suas funções, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XI - prescrever receituário, prontuário e assemelhados de naturezas médicas, odontológicas ou veterinárias em desacordo com a legislação e as normas vigentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) multa.

XII - aviar receita em desacordo com prescrições médicas, veterinárias ou odontológicas ou com determinações expressas de lei e normas regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XIII - fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;



e) multa.

XIV - proceder à coleta, processamento e utilização de sangue e hemoderivados ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XV - comercializar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou parte do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XVI - rotular alimentos e bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, dietéticos, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XVII - alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos a controle sanitário, modificarem os seus componentes básicos, nome e demais elementos objetos do registro sem a necessária autorização do órgão sanitário competente, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XVIII - reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XIX - expor a venda ou entregar ao consumo produtos cujo prazo de validade tenha expirado, ou opor-lhe novas datas, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XX - industrializar produtos de interesse sanitário, tais como cremes, molhos, maioneses, sem a assistência de responsável técnico e conforme determinação de normas específicas, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXI - comercializar produtos que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preparação, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXII - aplicação por empresas de desratização, desinsetização, desinfestação e imunização de ambientes, de produtos e/ou métodos contrariando as indicações a normas técnicas, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXIII - fornecer produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança do indivíduo, meio ambiente ou da coletividade, sem informação adequada a respeito de sua nocividade ou periculosidade, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXIV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, embalar ou reembalar, transportar ou utilizar produto ou resíduo perigoso, tóxico, explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiações ionizantes, entre outros, contrariando a legislação em vigor, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXV - manter condição de trabalho que ofereça risco para a saúde do trabalhador, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

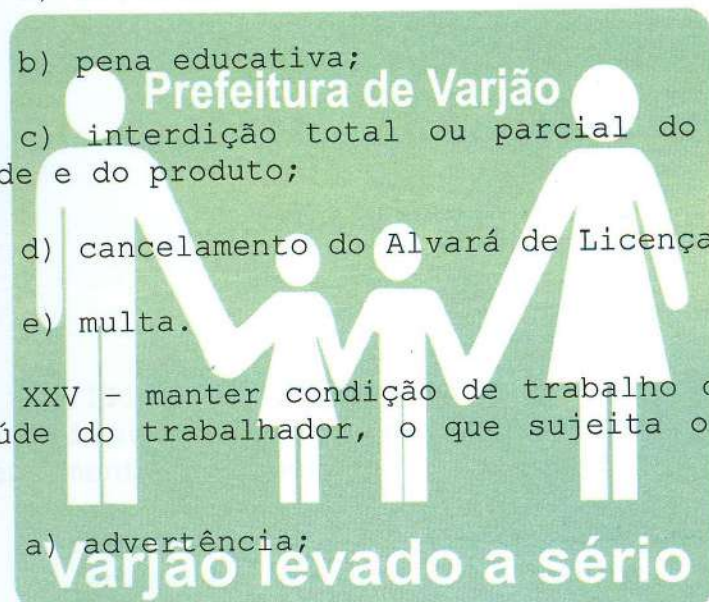
c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXVI - fabricar, operar ou comercializar máquina ou equipamento em condições que ofereçam risco à saúde de trabalhador, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;





Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXVII - descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transporte, seus agentes e consignatários, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXVIII - inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente sua posse, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXIX - manter condições, nos imóveis e estabelecimentos comerciais e industriais que contribuam para a proliferação de roedores, vetores e animais sinantrópicos que ofereçam risco à saúde, o que sujeita o infrator à pena de:



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXX - proceder ao transporte e à destinação final de resíduos de forma inadequada, que ofereça riscos à saúde ou meio ambientes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- d) multa.

XXXI - manter animal doméstico no estabelecimento, colocando em risco a sanidade dos produtos de interesse da saúde ou comprometendo a higiene e limpeza do local, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXXII - manter criação de suínos, na zona urbana do município, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



- c) apreensão do animal;
- d) multa.

XXXIII - exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- b) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- c) multa.

XXXIV - proceder à destinação e utilização de cadáveres contrariando as normas sanitárias pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) multa.

XXXV - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXXVI - descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes visando à aplicação da legislação pertinente, o que sujeita o infrator à pena de:



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

Parágrafo Único: A multa a que se refere este artigo é pecuniária, e será calculada com base na Tabela 1 do Anexo I desta Lei.



Art. 101 - A Secretaria Municipal de Saúde poderá impor condicionamentos administrativos ao exercício de direitos individuais e coletivos, sobre as modalidades de limites, encargos e sujeições.

Art. 102 - As infrações de natureza sanitária desta lei serão apuradas em processo administrativo, iniciado com a Lavratura do Auto de Infração, e punidas com aplicação isolada ou cumulativa das penas cabíveis.

Art. 103 - Instaurado o processo administrativo sanitário, fica assegurado ao infrator o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos a ele inerentes.

Art. 104 - As impugnações só terão efeitos suspensivos quando se tratar de imposição de penalidade pecuniária.

Art. 105 - O infrator poderá apresentar impugnação contra todos os Autos descritos nesta lei, no prazo de 20 dias, excetuando o Auto de Colheita de Amostras, que obedecerá aos prazos estabelecidos para o procedimento de análises.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 106 - O prazo para impugnação do Termo de Intimação vencerá no término fixado pelo agente fiscalizador.

Art. 107 - As impugnações acima citadas serão julgadas, depois de ouvido o agente fiscalizador que fundamentará sem prear pela manutenção parcial ou total dos Autos eternos ou pelo indeferimento parcial ou total dos referidos termos.

Subseção I

Do Termo de Intimação

Art. 108 - Poderá ser lavrado o Termo de Intimação, após o vencimento do prazo concedido no Termo de Infração, caso as irregularidades não tenham sido sanadas.

Parágrafo único. O aprazamento máximo fixado será de 30 (trinta) dias, que poderá ser prorrogado pela junta ou Julgamento da Saúde.

Art. 109 - O Termo de Intimação lavrado em 03 vias, segundo o modelo já existente da Secretaria Estadual de Saúde.

§ 1º Na impossibilidade de dar conhecimento diretamente ao intimado da lavratura do termo de intimação, este deverá ser feito através de carta registrada, ou publicação pela imprensa com verificação efetiva após 10 dias.

§ 2º Em caso de recusa, deverá constar à consignação dessa circunstância e a assinatura por duas testemunhas se possível.

Subseção II

Do Auto de Infração



Art. 110. O auto de infração será lavrado em 03 (três vias), devidamente numeradas e destinando-se: a primeira via vai para o processo, a segunda para o autuado e a terceira ao agente fiscalizador, contendo:

I - Nome da pessoa física, ou razão social ou denominação da entidade autuada, ramo de atividade e endereço completo;

II - fato constitutivo da infração, local, data e hora;

III - disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - penalidade cabível pela transgressão;

V - prazo de 20 (vinte) dias para impugnação do auto de infração;

VI - nome e cargo das autoridades autuadas e assinatura;

VII - assinatura do autuado, ou do representante legal, e ou caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de duas testemunhas, se possível.

Parágrafo único. Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá ser cientificado por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou edital publicado pela Imprensa ou Edital afixado no Prédio da Prefeitura Municipal.

Subseção III

Do Auto de Apreensão e Depósito

Art. 111 - Na industrialização ou comercialização de produtos e utensílios de interesse da saúde, que não atendam ao disposto nesta lei, deverá ser lavrado Auto de Apreensão e Depósito para as averiguações necessárias.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Parágrafo único. O auto de apreensão e Depósito será lavrado em 03 (três) vias e deverá conter:

- I - razão social, denominação e endereço completo;
- II - o dispositivo legal utilizado no ato;
- III - descrição do produto: nome marca quantidade e qualidade;
- IV - identificação do depositário fiel, que deverá ter procedimento próprio;
- V - prazo de 03 (três) dias para impugnação, exceto quando ocorrer análise fiscal que deverá ter procedimento próprio;

VI - nome e cargo da autoridade atuante, com assinatura;

VII - assinatura do responsável, sem representante legal, e em caso de recusa, o motivo e assinatura de 02 testemunhas, se possível.



Art. 112 - O Auto de Colheita de Amostra será lavrado em 03 (três) vias numeradas, contendo:

- I - razão social, denominação e endereço completo;
- II - dispositivo legal utilizado;
- III - descrição do produto, nome, marca quantidade e qualidade;
- IV - nome e cargo da autoridade atuante e assinatura;



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



V - assinatura do responsável ou do representante legal, e em caso de recusa, o motivo e a assinatura de 02 (duas) testemunhas quando possível.

Subseção V

Do Auto de Apreensão e Inutilização

Art. 113 - O Auto de Apreensão e Inutilização serão lavrados em 03 (três) vias, contendo:

I - razão social, denominação e endereço completo da entidade atuada; Prefeitura de Varjão

II - dispositivo legal utilizado;

III - descrição do produto;

IV - destino que será dado ao produto;

V - nome, cargo e assinatura da autoridade contratante;

VI - assinatura do responsável ou do representante e em caso de recusa, o motivo e assinatura de duas testemunhas, quando possível. Varjão levado a sério

Art. 114 - O auto de Apreensão será lavrado e poderão culminar em inutilização de produtos, utensílios, vasilhames, instrumentos, equipamentos, diversos e outros, quando:

I - não atenderem às especificações de registro e rotulagem;

II - estiver em desacordo com padrões de identidade e qualidade, após confirmação por laudo técnico serem considerados impróprios para o consumo;

III - o estado de conservação e a guarda de envoltórios, utensílios, vasilhames, instrumentos e



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



equipamentos diversos estejam impróprios para os fins que se destinam;

IV - em detrimento da saúde pública, o agente fiscalizador constatar infringência às condições relativas aos produtos dispostos nesta lei;

V - em situações previstas por atos administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente publicadas pela imprensa;

Parágrafo único. Os produtos citados no artigo anterior, por ato administrativo de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, deverão, após a sua apreensão:

I - ser encaminhados, para fins de inutilização, em local apropriado para tal, ou ainda, serem inutilizados no próprio estabelecimento, as despesas do proprietário do material a ser inutilizado.

II - quando for caso, nomear o proprietário como depositário fiel do objeto fruto da apreensão, até que seja dada solução definitiva ao seu destino.

III - ser devolvidos ao seu legítimo proprietário ou representante legal, impondo-lhe multa.

IV - em caso de reincidência fica expressamente proibida a devolução dos produtos apreendidos e a multa será em dobro.

V - se mediante Laudo Técnico for comprovado boas condições higiênico-sanitárias dos produtos, estes poderão ser doados a instituições públicas ou privadas, desde que beneficentes, de caridade ou filantrópicas.

Subseção VI

Do Termo de Interdição



Art. 115 - O Termo de Interdição será lavrado em 03 (três) vias, e deverá conter todos os itens descritos nos artigos anteriores, acrescentando-se Medida Sanitária, ou no caso de obras, indicação do serviço a ser realizado.

Subseção VII

Do Recurso e Julgamento

Art. 116 - Caberá à Junta de Julgamento de Saúde, examinar e decidir em primeira instância administrativa, os processos relativos às infrações sanitárias, bem como os atos administrativos referentes à matéria sanitária.

Parágrafo único. A Junta de Julgamento de Saúde será composta e regida por ato do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 117 - Após o prazo para impugnação do Auto de Infração sem interposição de defesa e em caso de decisão denegatória de recursos os processos serão encaminhados para a devida cobrança, no órgão municipal competente.

Art. 118 - Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o julgamento em primeira instância:

I - até 15 (quinze) dias corridos, para processos de reabertura dos estabelecimentos interditados.

II - até 15 (quinze) dias corridos, para o julgamento das impugnações dos Autos de Infração.

III - até 15 (quinze) dias corridos, para o julgamento dos processos de cancelamento e pedidos de prorrogação de prazos dos termos de intimação, auto de apreensão e auto de apreensão e depósito.

Art. 119 - Quando a decisão de instância favorável ao infrator, a Junta de Julgamento de Saúde recorrerá, obrigatoriamente, de ofício, à segunda instância, no prazo de até 10 (dez) dias, sendo que enquanto não houver a decisão da segunda instância, a decisão da primeira instância não produzirá efeito.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 120 - Em caso de indeferimento da impugnação em primeira instância, o infrator poderá requerer interposição de recurso à segunda instância, no prazo de até 10 (dez) dias corridos.

Art. 121 - O ato de examinar, julgar e decidir em segunda instância, sobre os recursos relativos às decisões em primeira instância, bem como os atos administrativos referentes à matéria sanitária, é incumbência da Junta de Recursos da Saúde, que será composta e regimentada por ato do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 122 - Caberá a junta de recursos da saúde, encaminhar ao Ministério Público os fatos circunstanciados referentes às infrações sanitárias para as devidas providências.



Art. 123 - Todos os atos referentes à matéria fiscal sanitária serão praticados dentro dos prazos estabelecidos pela lei.

Art. 124 - Fica criada a Assessoria Jurídica Contenciosa, que processará e julgará os processos administrativos oriundos dos autos de infração de que trata essa lei.

Parágrafo Único: O Contencioso funcionará de acordo com seu Regimento Interno, que será regulamentado em legislação adequada, por ato do chefe do Poder Executivo ou Secretário de Saúde.

Art. 125 - O Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, poderá requisitar câmaras frigoríficas e refrigeradores de estabelecimentos situados no Município para acondicionar produtos perecíveis, suspeitos de contaminação, até que seja liberado o laudo pericial.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 126 - Na impugnação e interposição de recursos relacionados aos procedimentos a que se refere esta Lei, aplicam-se às mesmas disposições contidas no processo Administrativo Tributário, no que diz respeito à formação do processo, formas, prazos e julgamentos nessas adotados.

Parágrafo único. São consideradas autoridades sanitárias, para os efeitos da presente lei:

- I - Prefeito Municipal;
- II - Secretário Municipal de Saúde;
- III - Supervisor de Vigilância Sanitária;
- IV - membros das equipes ou grupos técnicos de vigilância sanitária;
- V - fiscais sanitários ou ocupantes de cargos equivalentes.

Art. 127 - As regulamentações que não estão expressas nesta Lei obedecerão às normas regulamentares, provenientes das esferas estadual e federal, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentá-la, bem como baixar normas, portarias, atos normativos ou instruções necessárias à sua aplicação.

Art. 128 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar os convênios necessários com os órgãos de saúde, empresas, agências e pessoas jurídicas a fim de fazer cumprir o disposto nesta Lei.

Art. 129 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Gabinete do Prefeito Municipal de Varjão, Estado de Goiás aos 23 dias do mês de junho do ano de 2010 (23/06/2010).

Ron
Eustáquio Ricardo de Souza
Prefeito Municipal





ANEXO I

TABELA 1

TAXA DE LICENÇA SANITÁRIA

GRUPO	LICENÇA SANITÁRIA E RENOVAÇÃO	TAXA
I	ATIVIDADES SEM CADASTRO ESPECIAL:	UFM
I.I	Cerealista Indústria de Alimentos Indústria de embalagem de alimentos Importação e Exportação Atacadista de Alimentos Supermercado Grande Porte Hotel / Motel Granja / Confinamentos Serv. De Alimentação para eventos e recepções - Buffet Torrefação e Moagem de Café	73,03
I.II		61,80
I.III	Comércio Varejista: Panificação/ Confeitaria/ Sorveteria/ Restaurante e Similares Comércio varejista de alimentação em geral Marcenaria/ Serralheria/ Selaria Oficina Mecânica/ Auto Elétrica	39,32



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



I.III	Produtos Naturais Escola/ Berçário/Albergues/Orfanatos Atividade Funerária e Serviços Funerários Pastelaria/ Boutique Clube Sociais/ Academia/ Circo	Creches/ 39,32
I.IV	Bar/ Café e Similares Lava jatos Pensão Prefeitura de Varjão Pit-Dog/ Trayller/ Lanchonete/ Cantina Comércio Varejista de carne - Açougue Peixaria Mercadoria/ Armazém varejista/Casa de Massagem Barbearia/ Salão de Beleza Borracharia/ Ferro Velho/ Bicletaria	33,70
I.V	Frutaria/ Quiosque Banca de Alimentos/ Feira Livre	21,34
II	ATIVIDADES COM CADASTRO ESPECIAL:	
II.I	Hospital/ Casa de Saúde Clínica Médica com Regime de Internação Indústria de Correlatos/ Produtos para a saúde	73,03



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



II.I	Indústria de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfume Indústria de Saneantes Domissanitários Cooperativa/depósito de Produtos relacionados à saúde Comércio Atacadista: Medicamento, Correlatos, cosméticos, Produtos de Higiene e Perfume, Saneantes.	73,03
II.II	Serviço de Raios-X, Rádioimunoensaio, Tomografia, Ressonância Magnética, diagnóstico por imagem, métodos ópticos, Registro gráfico (ECG, EEG). Clínica Médica/ Odontológica/ Veterinária e Congêneres sem Regime de Internação Clínica Radiológica Laboratório de Análise e Pesquisas Clínicas Posto de Coleta de Exames/ Transfusão Comércio de Artigos: Médico/ Hospitalar/ Odontológico Ótica/ Laboratório Ótico	61,80
II.III	Comércio Varejista de: Drogeria/ Farmácia/ Perfumaria Rx Odontológico/ Ultra-som Dedetizadora Comércio de Produtos: Agropecuários/ Veterinários Comércio Varejista: Produtos de Limpeza Saunas, clínicas de estéticas e similares.	39,32



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



II.III	Atividade de Condicionamento Físico Captação, tratamento e distribuição de água.	39,32
II.IV	Consultório: Medicina/Odontologia/Veterinária/Psicologia/Fonoaudiologia/Terapia Ocupacional, Nutrição e Congêneres. Ambulatório Escritório de Representação Sala de Exames Complementares Laboratório de Prótese, Posto de Medicamentos Atividades de profissionais da Área de Saúde não especificados anteriormente.	33,70
II.V	Outros estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviço não especificados nesta tabela.	33,70



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



TABELA II

TAXA DE SERVIÇOS E EXPEDIENTES DIVERSOS

1	Taxa de serviços e expedientes diversos	TAXA UFM
1.1	Liberação de bens e animais apreendidos.	30
1.2	Encerramento ou baixa de empresa.	25
1.3	Substituição de ART, responsabilidade técnica e alterações contratuais.	10





Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



INDICE

CAPITULO V

DA SAUDE E HIGIENE

Seção I

TITULO ÚNICO

Do Código de Vigilância Sanitária do Município de Varjão – Go

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º a Art. 6º

CAPITULO II

DAS COMPETENCIA E DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Das Competências e Atribuições Art. 7º a Art. 8º

Seção II

Das Definições Art. 9º a Art. 9º

CAPITULO III

DA VIGILANCIA DA SAUDE AMBIENTAL

Seção I

Da Atenção à Saúde Art. 10 a Art. 14

Seção II

Da Vigilância Epidemiológica e Controle de Zoonoses Art. 15 a Art. 19

Seção III

Da Vigilância Sanitária Art. 20 a Art. 21

Seção IV

Da Fiscalização Art. 22 a Art. 26

CAPTITULO IV

Do LICENCIAMENTO

Seção I

Das Disposições Gerais Art. 27 a Art. 35

Seção II

Das Taxas de Licença Sanitária Art. 36 a Art. 37



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



CAPITULO V DA SAUDE E HIGIENE PUBLICA

Seção I
Do Lixo, Esgoto Sanitário
e Destino Final dos Resíduos
Líquidos e Sólidos Art. 38 a Art.43

Seção II
Da Criação de Animais,
Normas de Higiene,
Segurança
e Extinção de Insetos Art. 44 a Art. 57

Seção III
Das Responsabilidades dos Proprietários de Animais Art. 58 a Art. 67

CAPITULO VI DOS ESTABELECIMENTOS

Seção I
Das Normas Gerais para Estabelecimentos Art. 68 a Art. 83

CAPITULO VII DAS INFRAÇÕES SANITARIAS

Seção I
Das Normas Gerais Art. 84 a Art. 99

Seção II
Das Infrações Sanitárias e das Penalidades Art. 100 a Art. 100

Seção III
Dos Procedimentos Administrativos Art. 101 a Art. 107

Subseção I
Do Termo de Intimação Art. 108 a Art. 109

Subseção II
Do Auto e Infração Art. 110 a Art. 110

Subseção III
Do Auto de Apreensão e Deposito Art. 111 a Art. 111



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Subseção IV
Do Auto de Colheita e Amostra Art. 112 a Art. 112

Subseção V
Do Auto de Apreensão e Inutilização Art. 113 a Art. 114

Subseção VI
Do Termo de Interdição Art. 115 a Art. 115

Subseção VII
Do Recurso e Julgamento Art. 116 a Art. 122

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS Art. 123 a Art. 129

ANEXO I

Tabela I - Taxas de Licenças Sanitária e Renovação

Tabela do Grupo I
Atividades Sem Cadastro Especial

Tabela do Grupo II
Atividades Com Cadastro Especial

ANEXO II

Tabela II – Taxa de Serviços e Expedientes Diversos





Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Lei nº 370/11

De 11 de abril de 2011.

Certifico e dou fé que este ato foi publicado no Placard da Prefeitura Municipal na presente data:

Varjão(GO) 11/04/2011


Secretário de Administração

“Altera o Inciso III do Art. 87, Art. 93 e Tabela I e II do Anexo I da Lei nº 361/10 (Código de Vigilância Sanitária) e da Outras Providencias.”

A Câmara Municipal de Varjão, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso III do Art. 87 da Lei Municipal nº 361/10 passará a vigorar com a seguinte redação;

“III – multa de acordo com o previsto no Art. 2º da presente Lei”.

Art. 2º - As Multas previstas no § 1º do Art. 93 da lei Municipal nº 361/10, passarão a vigorar com a seguinte redação;

Art. 93 – A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo, e o valor da multa será recolhido à conta do Fundo Municipal de Saúde de VARJÃO”:

§ 1º o Valor da multa de que trata o “Caput” deste artigo será:

I – nas infrações leves de R\$ 382,35 a 618,70 (Reais);

II – nas infrações graves, de R\$ 618,71 a 1.001,16 (Reais);

III – nas infrações gravíssimas, de R\$ 1.001,16 a 1.620,00 (Reais).

§ 2º O reajuste anual dos valores das Multas será automaticamente no início de cada exercício financeiro e de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no decorrer do exercício anterior, apurado pelo IBGE no início de cada exercício, para fins de preservação do valor real das Multas.

§ 3º A multa não paga no prazo legal será inscrita em Dívida Ativa do Município, e seu valor será atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo ou qualquer outro índice oficial que venha substituí-lo.

Art. 3º - Fica Alterado a Tabela I e II do Anexo I da lei nº 0361/10, que passa a vigorar de acordo com a nova tabela em anexo.

Parágrafo Único – O reajuste anual dos valores da Taxas de Licenças contidas na Tabela I e II do anexo I será automaticamente reajustado no início de cada exercício financeiro e de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, acumulado no decorrer do exercício anterior, apurado pelo IBGE no início de cada exercício, para fins de preservação do valor real das Taxas.



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Varjão, Estado de Goiás aos 11 dias do mês de abril de 2011 (11/04/2011).

Rouza
Eustáquio Ricardo de Souza
- Prefeito Municipal -





ANEXO I

TABELA 1

TAXA DE LICENÇA SANITÁRIA

GRUPO	LICENÇA SANITÁRIA - INICIAL E RENOVAÇÃO	TAXA
I	ATIVIDADES SEM CADASTRO ESPECIAL:	R\$
I.I	Cerealista. Indústria de Alimentos. Indústria de embalagem de alimentos. Importação e Exportação. Atacadista de Alimentos. Supermercado Grande Porte. Hotel / Motel / Pensão. Granja / Confinamentos. Serv. De Alimentação para eventos e recepções - Buffet. Torrefação e Moagem de Café.	108,50
I.II	Comercio varejista de: Panificação / Confeitaria / Sorveteria / Restaurantes / Similares. Comercio Varejista de Alimentação em Geral. Supermercado de Médio Porte.	92,20
I.III	Marcenaria/ Serralheria/ Selaria. Oficina Mecânica/ Auto Elétrica. Produtos Naturais. Escola/ Creches / Berçário / Albergues /	78,40



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



I.III	Orfanatos. Atividade Funerária e Serviços Funerários Pastelaria. Boutique. Clube Sociais / Academia / Circo.	78,40
I.IV	Bar / Café / e Similares. Lava jatos. Pensão. Pit-Dog / Trayller. Lanchonete / Cantina Comércio Varejista de carne: - Açougue / Peixaria. Mercearia / Armazém Varejista / Armazém de secos e Molhados. Casa de Massagem. Barbearia / Salão de Beleza. Auto Mecânica / Auto elétrica / Borracharia / Ferro Velho / Bicletaria.	66,65
I.V	Frutaria / Quiosque Banca de Alimentos / Feira Livre	48,15
II	ATIVIDADES COM CADASTRO ESPECIAL:	
II.I	Hospital / Casa de Saúde. Clínica Médica com Regime de Internação. Indústria de Correlatos / Produtos para a saúde.	124,80



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



II.III	Indústria de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfume. Indústria de Saneantes Domissanitários.	
II.I	Cooperativa / Depósito de Produtos Relacionados à saúde. Comércio Atacadista de: Medicamento, Correlatos, cosméticos. Produtos de Higiene e Perfume e Saneantes.	124,80
II.II	Serviço de Raios-X, Rádioimunoensaio, Tomografia, Ressonância Magnética, diagnóstico por imagem, métodos ópticos, Registro gráfico (ECG, EEG). Clínica Médica / Odontológica / Veterinária e Congêneres sem Regime de Internação. Clínica Radiológica. Laboratório de Análise e Pesquisas Clínicas. Posto de Coleta de Exames / Transfusão. Comércio de Artigos: Médico / Hospitalar / Odontológico.	90,16
II.III	Ótica / Laboratório Ótico. Comércio Varejista de: Drogeria / Farmácia / Perfumaria. Rx Odontológico / Ultra-Som. Dedetizadora. Comércio de Produtos: Agropecuários / Veterinários. Comércio Varejista: Produtos de Limpeza. Saunas, Clínicas de Estéticas e Similares.	76,65



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



II.III	Atividade de Condicionamento Físico. Captação, Tratamento e Distribuição de Água.	76,65
II.IV	Consultório: Medicina / Odontologia / Veterinária / Psicologia / Fonoaudiologia / Terapia Ocupacional, Nutrição e Congêneres. Ambulatório. Escritório de Representação. Sala de Exames Complementares. Laboratório de Prótese. Posto de Medicamentos. Atividades de profissionais da Área de Saúde não especificados anteriormente.	65,15
II.V	Outros estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviço não especificados nesta tabela.	55,40



Prefeitura Municipal de Varjão

ESTADO DE GOIÁS



TABELA II

TAXA DE SERVIÇOS E EXPEDIENTES DIVERSOS

I	Taxa de serviços e expedientes diversos	TAXA R\$
I.I	Liberação de Bens e Animais Apreendidos.	36,00
I.II	Encerramento ou Baixa de Empresa.	30,00
I.III	Substituição de ART, Responsabilidade Técnica e Alterações Contratuais.	25,00

